



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

DADOS DO PROCESSO

Número do Processo: 0043968-69.2008.8.14.0301
Processo Prevento: -
Instância: 1º GRAU
Comarca: BELÉM
Situação: EM RECURSO
Área: CÍVEL
Data da Distribuição: 18/12/2008
Vara: 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM
Gabinete: GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM
Secretaria: SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM
Magistrado: ROSILEIDE MARIA DA CUNHA FILOMENO
Competência: FAZENDA PÚBLICA, AUTAR. - ASSISTENCIA
Classe: Mandado de Segurança
Assunto: NÃO INFORMADO
Instituição: -
Nº do Inquérito Policial: -
Valor da Causa: R\$ 415,00
Data de Autuação: 18/12/2008
Segredo de Justiça: NÃO
Volume: -
Número de Páginas: -
Prioridade: NÃO
Gratuidade: NÃO
Fundamentação Legal: -

PARTES E ADVOGADOS

SECRETARIA DE SAUDE E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE BELEM	IMPETRADO
DANIEL PAES RIBEIRO JUNIOR	ADVOGADO
ALFREDO SOUZA DE LIMA	IMPETRANTE
CLIMERIO DE MACHADO MENDONCA NETO	ADVOGADO

DESPACHOS E DECISÕES

Data: 22/02/2013 Tipo: DESPACHO

R.H.

Tendo em vista que o feito já foi sentenciado, inclusive com recebimento de apelação, determino sejam os autos remetidos de imediato ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado para reexame e análise de recurso de apelação.

Intime-se. Cumpra-se.

Belém, 22 de fevereiro de 2013.

LAILCE ANA MARRON DA SILVA CARDOSO

Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara de Fazenda Pública da Capital



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Data: 22/11/2012 **Tipo:** **DESPACHO**

R.H.

Nesta data, oficieo ao Setor Jurídico da Secretaria Municipal de Saúde, SESMA, encaminhando o Autor, a fim de que seja cumprida a sentença proferida, conforme contato telefônico com a pessoa responsável no referido Setor.

No mais, determino a imediata subida dos autos à Superior Instância para a apreciação do recurso de apelação interposto pelo Município de Belém às fls. 178/188.

Intime-se. Cumpra-se

Belém, 22 de novembro de 2012.

MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO

Juiz de Direito respondendo pela 3ª Vara de Fazenda Pública da Capital

Data: 04/10/2012 **Tipo:** **DESPACHO**

R.H.

Em vista do petitório de fls. 111, pela derradeira vez, oficie-se a autoridade impetrada para que forneça o medicamento solicitado na presente ação, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovando o efetivo cumprimento no mesmo prazo.

Decorrido o prazo, em caso de reiterado descumprimento, com ou sem manifestação, voltem de imediato conclusos para adoção das medidas pertinentes.

Aguarde-se o prazo acima disposto.

Intime-se. Cumpra-se.

Belém, 04 de outubro de 2012.

CLARICE MARIA DE ANDRADE ROCHA

Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara de Fazenda Pública da Capital

Data: 26/06/2012 **Tipo:** **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

R.H.

I. Verificado a tempestividade do Recurso de Apelação interposto nos autos pelo Município de Belém, recebo-o em seu efeito apenas devolutivo, com base no art. 14, da Lei nº 12.016/09.

II. Com vista a parte apelada para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 508 do CPC.

III. Após, decorrido o referido prazo, com ou sem contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

Intimem-se.

Belém, 26 de junho de 2012.

CYNTHIA B. ZANLOCHI VIEIRA

Juíza de Direito Substituta respondendo pela 3ª Vara de Fazenda Pública da Capital

Data: 26/04/2012 **Tipo:** **SENTENÇA**

Vistos etc.

O impetrante Alfredo Souza de Lima, qualificado nos autos, impetrou o presente MANDADO DE SEGURANÇA em face da Secretária de Saúde e Meio Ambiente do Município de Belém alegando, em síntese, ser portador de DOENÇA CARDÍACA HIPERTENSIVA e DOENÇA ESQUÊMICA CRÔNICA DO CORAÇÃO, enfatizando a gravidade de seu quadro clínico. Neste sentido, afirma que os medicamentos que lhe foram prescritos são denominados LOSARTAN 50mg, SELOZAC 50mg, BUFERIN 85mg, SINVASTATINA 40mg e PANTOPRAZOL 40mg; invoca os artigos 5º e 196 da Constituição Federal, bem como a Lei nº 8.080/1990, pugnou pela procedência do pedido inicial, condenando-se a ré a lhe fornecer os medicamentos acima transcritos.

Por decisão proferida a fls. 18/21, foi concedido o pleito em sede de antecipação dos efeitos da tutela.

Determinada a notificação da autoridade coatora, esta se manteve silente.

No mais, consta dos autos inúmeras petições informando acerca de cumprimento e descumprimento da decisão liminar, pelo que o Juízo fixou multa diária e outras penas pelo descumprimento.

Às fls. 161/167, o Ministério Público opinou pela concessão da segurança.

É a síntese do necessário.

DECIDO.

Cuida-se de Mandado de Segurança impetrado por Alfredo Souza de Lima, o qual requer o fornecimento dos medicamentos necessários ao tratamento de sua enfermidade.

Não há dúvidas quanto ao dever do Estado de prover, mediante políticas sociais e econômicas, meios tendentes à redução do risco de doenças e de outros gravames. Por primeiro, dispõe o art. 196 da CF/88:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Ainda:

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Aliás, o sentido da expressão "acesso universal e igualitário" inserido no artigo 2º, parágrafo 1º, e no artigo 7º, inciso IV, da lei Orgânica da Saúde (Lei Federal n 8.080/90) é precisamente o de garantir à população acesso aos serviços e ações de saúde, sem privilégios de qualquer espécie. Outrossim, é de se observar que tal dever é atribuído ao Poder Público em sua acepção lata, vale dizer, é exigível quer da União, quer do Estado-Membro, quer do Município, não podendo legislação infraconstitucional federal, estadual ou municipal e muito menos quaisquer regulamentos e/ou resoluções emanados das precitadas pessoas políticas, dispor quanto à repartição de atribuições em matéria de saúde em prejuízo do cidadão, ao arrepio da Magna Carta que não menciona qualquer diferenciação, não cabendo ao intérprete ou ao aplicador do Direito fazê-lo.

Consigno que as repartições de atribuição são oponíveis e geram direitos e deveres somente entre as pessoas políticas acima referidas e não ao cidadão.

Assim, sendo solidária a obrigação, o impetrante pode eleger entre os "devedores", de qual ou quais exigirá o seu cumprimento, salientando que posteriormente fica ressaltado aos entes políticos o acerto, entre si, das quantias expendidas com base na normatização que rege a matéria, a qual, conforme acima exposto, não é oponível ao indivíduo que exige do Estado o cumprimento de mister que constitucionalmente lhe é atribuído.

Tem-se que o impetrante comprovou "quantum satis" que é portador da patologia mencionada na exordial, bem como que necessita fazer uso contínuo dos medicamentos por ele elencado, conforme vasta documentação médica especialmente Laudo Médico de fls. 10 e Receituário de fls. 11.

Ora, não há como se admitir que a Lei de Responsabilidade Fiscal se sobrepuje às normas de natureza constitucional, tais como o retro transcrito artigo 196 que impõe ao Estado o dever de prestar saúde à população, além das cláusulas pétreas consubstanciadas no artigo 5º da Magna Carta, que garantem aos indivíduos o direito à vida e à saúde, bem como elevam ao fundamento da República Federativa do Brasil o princípio da dignidade da pessoa humana.

Ademais, não se pode olvidar que sobre nossos cidadãos pesa onerosa carga tributária, não sendo admissível que quando esses mesmos cidadãos-contribuintes necessitem de uma contraprestação do Poder Público, o mesmo permaneça inerte; é ilógica a contumácia do Estado, que ao invés de propiciar meios para assegurar à população o direito constitucionalmente assegurado à saúde e à vida, opta por assistir silente ao perecimento lento e gradativo de seres humanos.

Por derradeiro e como se não suficientes fossem os argumentos acima expendidos, não existe afronta ao princípio da separação dos Poderes em ato judicial que se limita a exigir do Estado do Pará o cumprimento de obrigação a ele imposta pela Carta Magna. A obrigação não advém desta decisão, mas já existe, sendo que nesta decisão encontra apenas a pena mínima para o descumprimento.

Ademais de todo o exposto, pacífica, uníssona e robusta a jurisprudência quanto a matéria. Portanto não remanescem dúvidas quanto ao direito integralmente procedente, a que faz jus o impetrante.

Por fim, friso que o medicamento requerido e deferido por este juízo deve ser fornecido DE FORMA CONTINUA PELO IMPETRADO AO IMPETRANTE, conforme comprovou a necessidade, diante do exaustivamente exposto supra e durante o trâmite de toda a demanda.

Diante de todo o exposto, **CONCEDO A SEGURANÇA** pretendida, **DETERMINANDO** ao impetrado a fornecer ao impetrante (Alfredo Souza de Lima), **ININTERRUPTAMENTE E ENQUANTO FOR NECESSÁRIO**, os medicamentos **LOSARTAN 50mg, SELOZAC 50mg, BUFERIN 85mg, SINVASTATINA 40mg e PANTOPRAZOL 40mg** consoante receituário médico acostado aos autos, confirmando, destarte, a liminar antes concedida.

Deixo de condenar o réu ao ressarcimento de custas tendo em vista a justiça gratuita deferida ao impetrante.

Sem honorários (art. 25 da Lei 12016/09)

Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se com as cautelas de estilo, dispensado o Reexame necessário nos termos do § 2 do art. 475 do CPC.

P. R. I. C.

Belém, 26 de abril de 2012.

CYNTHIA B. ZANLOCHI VIEIRA
Juíza Substituta respondendo pela 3ª Vara de Fazenda

Data: 15/03/2012 **Tipo: DESPACHO**

R.H.

Encaminhem-se os autos ao Representante do Ministério Público para emitir parecer conclusivo no processo, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 12.016/09.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Intime-se.
Belém, 15 de março de 2012.

MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO
Juiz de Direito respondendo pela 3ª Vara de Fazenda Pública da Capital

Data: 13/01/2012 **Tipo: DESPACHO**

R. H.

Certifique-se quanto ao decurso do prazo contido na primeira parte do despacho de fls. 133. Caso haja manifestação, tornem os autos conclusos para apreciação.

Em não havendo manifestação, oficie-se novamente à autoridade coatora, desta vez, determinando o fornecimento imediato dos medicamentos LOSARTAN e PANTOPRAZOL ao impetrante, de acordo com a liminar concedida nos autos, devendo a autoridade coatora comprovar o cumprimento em juízo, no prazo de 48 h (quarenta e oito horas), sob pena de desconto da multa diária arbitrada no despacho de fls. 125/126 sobre os vencimentos do impetrado, sem prejuízo de demais cominações legais.

Oficie-se.

Belém, 13 de janeiro de 2012.

CYNTHIA ZANLOCHI VIEIRA
Juíza Substituta respondendo pela 3ª Vara de Fazenda da Capital

Data: 04/11/2011 **Tipo: DESPACHO**

Vistos.

Oficie-se à autoridade coatora para que informe, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca do cumprimento da liminar deferida nestes autos, considerando a alegação do impetrante às fls. 130 de que não foram disponibilizados os medicamentos LOSARTAN e PANTOPRAZOL ao impetrante, sob pena de arbitramento de nova multa diária.

Instrua-se o ofício com cópia dos documentos de fls. 130/132 dos autos.

Sem prejuízo da providência acima, encaminhem-se os autos ao Ministério Público para a emissão de parecer no prazo de 10 (dez) dias, para o regular prosseguimento do feito.

Int.

Belém, 08 de novembro de 2011.

CYNTHIA ZANLOCHI VIEIRA
Juíza Substituta respondendo pela 3ª Vara de Fazenda da Capital

Data: 02/09/2011 **Tipo: DESPACHO**

PLANTÃO

ICO

IMPETRANTE: ALFREDO SOUZA DE LIMA

IMPETRADO: SECRETÁRIA DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO, com endereço sito à Rodovia Arthur Bernardes, km 14, s/nº, CEP 66825-000, nesta cidade.

Vistos.

ALFREDO SOUZA DE LIMA impetrou MANDADO DE SEGURANÇA contra ato da SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BELÉM, objetivando, em sede de liminar, com o fim de preservar sua integridade física, moral e vida, uma vez que é portador de doenças cardíacas hipertensiva e doença isquêmica crônica do coração, o contínuo fornecimento dos medicamentos Losartan de 50mg, Selozak de 50mg, Buferin de 85mg, Silvastatina de 40mg e Pantoprazol de 40mg, conforme laudo médico expedido em anexo. Contudo, em mais uma oportunidade, vem informar que a autoridade coatora não está cumprindo a decisão liminar desde 15 de fevereiro de 2011, uma verdadeira violação ao direito constitucional à saúde do impetrante e ao princípio da dignidade da pessoa humana.

A decisão judicial que deferiu o pedido de liminar ao impetrante é para ser cumprida em sua integralidade, até ulterior decisão que possa revogá-la ou confirmá-la, sob pena de executar a multa diária estabelecida daquela, bem como das responsabilidades civil, administrativa e criminal de quem é responsável pelo cumprimento do decisor.

Isto posto, determino que a autoridade coatora cumpra imediatamente a decisão judicial, garantindo a continuidade do fornecimento ao impetrante dos medicamentos Losartan de 50mg, Selozak de 50mg, Buferin de 85mg, Silvastatina de 40mg e Pantoprazol de 40mg, de forma continuada, até sentença final, sob pena do pagamento de multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil) reais, a ser suportado pela pessoa da autoridade coatora, bem como que se oficie ao Delegado Geral de Polícia Civil a fim de que se conduza a impetrada a uma Delegacia de Polícia a fim de ser lavrado Termo Circunstanciado de Ocorrência por crime de desobediência (artigo 330, CPB).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

No mais, informe, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca do efetivo cumprimento da liminar.

Intime-se a SECRETARIA DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO para cumprir imediatamente a decisão liminar.

Servirá a presente decisão, por cópia digitalizada, como MANDADO DE INTIMAÇÃO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB e TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correicional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.

Cumpra-se por PLANTÃO, tendo em vista a urgência da demanda e o perigo de perecimento do direito, nos termos do artigo 2º, §1º do Provimento nº 02/2010 e CJRMB.

Intime-se.

Belém, 02 de setembro de 2011.

MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO

Juiz de Direito da 2ª Vara de Fazenda da Capital

respondendo pela 3ª Vara de Fazenda da Capital

Data: 27/01/2011

Tipo: DESPACHO

R.H.

Considerando o petítório de fls. 110/115, no qual a autoridade coatora informa e comprova o cumprimento da decisão de fls. 22/24, reconsidero a decisão de fls. 104, em relação a cobrança de multa descontadas sobre os vencimentos do Secretário de Saúde do Município de Belém, determinando a expedição de ofício à Secretaria Municipal de Administração para que suspenda qualquer desconto em folha de pagamento.

Encaminhem-se os autos ao Representante do Ministério Público para emitir parecer conclusivo no processo.

Intime-se. Cumpra-se.

Belém, 27 de janeiro de 2011.

SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIA

Juiz de Direito respondendo pela 3ª Vara de Fazenda da Capital

Data: 02/12/2010

Tipo: DESPACHO

R.H

Alfredo Souza de Lima, já qualificado nos autos, ingressou em juízo requerendo o fornecimento dos medicamentos Losartan de 50mg, Selozaq de 50mg, Buferin de 85mg, Silvastatina de 40mg e Pantoprazol de 40mg, conforme laudo médico expedido.

A liminar foi concedida às fls. 18/21.

Tendo em vista os reiterados descumprimentos do Secretário Municipal de Saúde de Belém, referente à liminar concedida, bem como o arbitramento de multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) às fls. 31, DETERMINO o desconto em folha de pagamento do Secretário Municipal de Saúde, Sr. Sérgio de Souza Pimentel, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) mensais, que serão depositados na conta do juízo, a serem revertidos em favor do autor, até que se cumpra a referida decisão.

Intime-se.

Belém, 02 de dezembro de 2010.

SILVIO CÉSAR DOS SANTOS MARIA

Juiz de Direito respondendo pela 3ª Vara de Fazenda.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Data: 22/04/2010

Tipo: DESPACHO

PLANTÃO

10ª ÁREA IMPETRANTE: ALFREDO SOUZA DE LIMA

IMPETRADO: SECRETÁRIA DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO, com endereço sito à Rodovia Arthur Bernardes, km 14, s/nº, Bairro Mangueirão, Belém-PA, CEP 66825-000.

Vistos.

ALFREDO SOUZA DE LIMA impetrou MANDADO DE SEGURANÇA contra ato do SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BELÉM, objetivando, em sede de liminar, com o fim de preservar sua integridade física, moral e a própria vida, uma vez que é portador de doença cardíaca hipertensiva e doença isquêmica crônica do coração, o contínuo fornecimento dos medicamentos Losartan de 50mg, Selozaq de 50mg, Buferin de 85mg, Silvastatina de 40mg e Pantoprazol de 40mg, conforme laudo médico expedido em anexo.

Às fls. 18/21, este Juízo concedeu o pedido de liminar a fim de que a impetrada garantisse o fornecimento ao impetrante dos medicamentos Losartan de 50mg, Selozaq de 50mg, Buferin de 85mg, Silvastatina de 40mg e Pantoprazol de 40mg, conforme laudo médico expedido em anexo, sob pena do pagamento de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (um mil) reais.

Entretanto, conforme informado em fls. 95/96, a autoridade coatora não está cumprindo novamente a decisão liminar, não fornecendo os medicamentos essenciais à sobrevivência do impetrante.

A decisão judicial deve ser cumprida em seus termos completos, sob pena de executar a multa diária estabelecida daquela, bem como das responsabilidades civil, administrativa e criminal de quem é responsável pelo cumprimento da decisum.

Isto posto, determino que a autoridade coatora cumpra imediatamente a decisão judicial, garantindo a continuidade do fornecimento ao impetrante dos medicamentos Losartan de 50mg, Selozaq de 50mg, Buferin de 85mg, Silvastatina de 40mg e Pantoprazol de 40mg, de forma ininterrupta, até sentença final, sob pena do pagamento de multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil) reais, bem como que se oficie ao Delegado Geral de Polícia Civil a fim de que se conduza a impetrada a uma Delegacia de Polícia a fim de ser lavrado Termo Circunstanciado de Ocorrência por crime de desobediência (artigo 330, CPB).

Notifique-se a SECRETÁRIA DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO para cumprir imediatamente a decisão liminar. Servirá a presente decisão, por cópia digitalizada, como MANDADO DE NOTIFICAÇÃO/INTIMAÇÃO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correccional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.

Notifique-se.

Cumpra-se por plantão.

Belém(PA), 22 de abril de 2010.

ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

Juíza de Direito da 3ª Vara de Fazenda da Capital

Data: 04/09/2009

Tipo: DESPACHO

R.H

Considerando a petição de fls. 35/36, que alega o descumprimento reiterado da decisão judicial outrora deferida, fixo o prazo de 48 horas para o cumprimento da decisão judicial constante às fls. 18/21, sob pena de prisão do(a) Sr(a). Secretário(a) de Saúde e Meio Ambiente do Município de Belém, por flagrante descumprimento da decisão supracitada, tipo penal constante no art. 330 do Código Penal, devendo a presente ordem ser encaminhada à Polícia Civil para as providências. Intime-se pessoalmente o Sr. Secretário.

Belém, 04 de setembro de 2009

ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

Juíza de Direito da 3ª Vara de Fazenda da Capital.

Data: 13/08/2009

Tipo: DESPACHO

R.H

Oficie-se a Secretária de Saúde e Meio Ambiente do Município para cumprir a decisão prolatada às fls. 18/21 sob pena de responder pelo crime de desobediência da ordem legal, previsto no art. 330, do Código Penal e de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), a ser paga pessoalmente pela autoridade coatora ou servidor que desobedecer a liminar ou criar impedimento ao cumprimento da ordem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Belém, 13 de agosto de 2009

ANA PATRICIA NUNES ALVES FERNANDES
Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara de Fazenda

Data: 25/06/2009 Tipo: DESPACHO

10ª ÁREA

IMPETRANTE: ALFREDO SOUZA DE LIMA

IMPETRADO: SECRETARIA DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO, com endereço sito à Rodovia Arthur Bernardes, km 14, s/nº, Bairro Mangueirão, Belém-PA, CEP 66825-000.

Vistos etc.

ALFREDO SOUZA DE LIMA impetrou MANDADO DE SEGURANÇA contra ato do SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE BELÉM, objetivando, em sede de liminar, com o fim de preservar sua integridade física, moral e vida, uma vez que é portador de doenças cardíacas hipertensiva e doença isquêmica crônica do coração, o continuo fornecimento dos medicamentos Losartan de 50mg, Selozaq de 50mg, Buferin de 85mg, Silvastatina de 40mg e Pantoprazol de 40mg, conforme laudo médico expedido em anexo. É o sucinto relatório.

EXAMINO

A concessão de medida liminar em Mandado de Segurança obedece ao comando normativo do artigo 7º, inciso II, da Lei Federal nº 1.533/51, isto é, reclama a presença do relevante fundamento do pedido (fumus bonis iuris) e do perigo de ineficácia da medida (periculum in mora) caso persista o ato impugnado. No caso em exame, entendo preenchidos os requisitos autorizadores do provimento liminar.

Por outro lado, é desarrazoada qualquer negativa de assistência por parte do requerido, considerando que o interesse em jogo não é uma relação de consumo ou quota, e sim o interesse do cidadão enquanto ser humano, direito este garantido constitucionalmente. Consoante lição de Ives Gandra Martins: O ser humano é a única razão do Estado. O Estado está conformado para servi-lo, como instrumento por ele criado com tal finalidade. Nenhuma construção artificial, todavia, pode prevalecer sobre os seus inalienáveis direitos e liberdades, posto que o Estado é um meio de realização do ser humano e não um fim em si mesmo.

Dessa forma, o art. 196 da Constituição da República consagra que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, sendo que, não havendo dúvidas sobre a eficácia do tratamento e estando o indivíduo em débil estado de saúde, deve o Poder Público implementá-lo imediatamente como tentativa de salvar a vida do paciente.

O caso do estudante universitário Leandro Guedes em Belém que, por decisão judicial, teve custeado pelo sistema público de saúde, tratamento no exterior, é um belo exemplo de opção pela vida que, obviamente, não tem preço.

A propósito, o Supremo Tribunal Federal tem entendimento assentado sobre o tema, senão vejamos o seguinte aresto cujo teor trago à colação:

RE AgR 534908/PE PERNAMBUCO AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a): Min. CEZAR PELUSO Julgamento: 11/12/2007 Órgão Julgador: Segunda Turma Publicação DJE-031 DIVULG 21-02-2008 PUBLIC. 22-02-2008. EMENTAS: 1.

RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Fornecimento de medicamentos. Direito à saúde. Jurisprudência assentada. Ausência de razões novas. Decisão mantida. Agravo regimental improvido. Nega-se provimento a agravo regimental tendente a impugnar, sem razões novas, decisão fundada em jurisprudência assente na Corte. 2. RECURSO. Agravo. Regimental. Jurisprudência assentada sobre a matéria. Caráter meramente abusivo. Litigância de má-fé. Imposição de multa. Aplicação do art. 557, § 2º, cc. arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC. Quando abusiva a interposição de agravo, manifestamente inadmissível ou infundado, deve o Tribunal condenar o agravante a pagar multa ao agravado.

Isto posto, com fundamento no art. 7º, inciso II, da Lei Federal nº 1.533/51, CONCEDO A LIMINAR requerida na inicial para determinar à autoridade coatora o fornecimento ao impetrante dos medicamentos Losartan de 50mg, Selozaq de 50mg, Buferin de 85mg, Silvastatina de 40mg e Pantoprazol de 40mg, conforme laudo médico expedido em anexo, sob pena do pagamento de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (um mil) reais.

Notifique-se a SECRETARIA DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO para cumprir imediatamente a presente liminar.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público.

Servirá a presente decisão, por cópia digitalizada, como MANDADO DE NOTIFICAÇÃO/INTIMAÇÃO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.

Intime-se. Cumpra-se por plantão.

Belém(PA), 25 de junho de 2009.

ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Juiza de Direito respondendo da 3ª Vara de Fazenda da Capital

Data: 19/12/2008 **Tipo:** DESPACHO

Vistos etc.

- 1) Defiro a gratuidade;
- 2) Reservo-me para apreciar o pedido de liminar após as informações;
- 3) Na forma do art. 7º, inciso I da Lei nº 1.553/51, notifique-se a autoridade apontada como coatora a prestar as informações de estilo no prazo legal de 10(dez) dias.
- 4) Havendo liminar pendente de decisão após as informações, autorizo o cumprimento da notificação através do plantão.

Int.

Belém, 19 de dezembro de 2008.

JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR
Juiz de Direito resp/ pela 3ª Vara da Fazenda da Capital,

TRAMITAÇÕES

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	12/04/2013	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	TRIBUNAL	
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	22/02/2013	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	25/02/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	18/01/2013	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	29/01/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20130006944631	14/01/2013	CENTRAL DE PROTOCOLOS CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	18/01/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	14/12/2012	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	MINISTERIO PUBLICO	18/12/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	03/12/2012	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	04/12/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	20/11/2012	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	20/11/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120275658833	13/11/2012	CENTRAL DE PROTOCOLOS CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	14/11/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120252355456	31/10/2012	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	08/11/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120252355456	23/10/2012	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	23/10/2012



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	09/10/2012	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	16/10/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	26/09/2012	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	04/10/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120225026676	20/09/2012	CENTRAL DE PROTOCOLOS CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	26/09/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120225025221	20/09/2012	CENTRAL DE PROTOCOLOS CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	26/09/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	21/08/2012	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	AO DEFENSOR PUBLICO	24/09/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	29/06/2012	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	04/07/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	20/06/2012	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	22/06/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120100541047	18/06/2012	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	20/06/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120131577943	06/06/2012	CENTRAL DE PROTOCOLOS CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	11/06/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120100548322	16/05/2012	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	18/05/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120100548322	08/05/2012	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	09/05/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120100541047	08/05/2012	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	09/05/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	02/05/2012	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	07/05/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	27/04/2012	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	02/05/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	19/04/2012	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	23/04/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120081021834	13/04/2012	CENTRAL DE PROTOCOLOS CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	16/04/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	23/03/2012	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	MINISTERIO PUBLICO	13/04/2012



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	19/03/2012	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	20/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	14/03/2012	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	15/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120036562563	24/02/2012	CENTRAL DE PROTOCOLOS CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	02/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120033249722	17/02/2012	CENTRAL DE PROTOCOLOS CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	24/02/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120008218484	07/02/2012	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	08/02/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120008218484	25/01/2012	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	26/01/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120008218484	25/01/2012	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	25/01/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	13/01/2012	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	17/01/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	19/12/2011	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	12/01/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110239156327	09/12/2011	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	13/12/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110239156327	22/11/2011	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	23/11/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	11/11/2011	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	11/11/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	03/11/2011	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	04/11/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110199062929	27/09/2011	CENTRAL DE PROTOCOLOS CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	28/09/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110176695020	08/09/2011	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	03/11/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110176695020	02/09/2011	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	08/09/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110149924572	28/07/2011	CENTRAL DE PROTOCOLOS CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	01/08/2011



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110008523598	27/04/2011	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	29/04/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110008523598	27/01/2011	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	27/04/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	27/01/2011	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	27/01/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	27/01/2011	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	27/01/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	27/01/2011	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	27/01/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110007364836	26/01/2011	CENTRAL DE PROTOCOLOS CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	27/01/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110006812809	25/01/2011	CENTRAL DE PROTOCOLOS CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	26/01/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20100201664324	20/01/2011	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	24/01/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20100201664324	13/12/2010	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	20/01/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	06/12/2010	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	13/12/2010
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	30/11/2010	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	06/12/2010
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20100190171958	16/11/2010	CENTRAL DE PROTOCOLOS CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	18/11/2010
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	26/04/2010	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	05/05/2010
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	23/04/2010	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	26/04/2010
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	09/04/2010	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	09/04/2010
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	29/09/2009	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	AO PROCURADOR	01/10/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	08/09/2009	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	14/09/2009



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	08/09/2009	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	09/09/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	04/09/2009	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	09/09/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	14/08/2009	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	27/08/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	14/08/2009	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	14/08/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	12/08/2009	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	14/08/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	02/07/2009	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	08/07/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	02/07/2009	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	02/07/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	22/06/2009	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	22/06/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	19/12/2008	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	28/01/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	19/12/2008	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	28/01/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080168779094	18/12/2008	SECRETARIA DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	GABINETE DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM	19/12/2008

MANDADOS

Data da Distribuição	Tipo de Mandado	Data Devolução	Situação
14/12/2010	OFICIO	20/01/2011	CUMPRIDO

PROTOCOLOS

Documento	Data	Situação
20130006944631	14/01/2013	JUNTADO
20120275658833	13/11/2012	JUNTADO
20120225026676	20/09/2012	JUNTADO
20120225025221	20/09/2012	JUNTADO
20120131577943	06/06/2012	JUNTADO
20120081021834	13/04/2012	JUNTADO
20120036562563	24/02/2012	JUNTADO
20120033249722	17/02/2012	JUNTADO
20110199062929	27/09/2011	JUNTADO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

20110149924572	28/07/2011	JUNTADO
20110007364836	26/01/2011	JUNTADO
20110006812809	25/01/2011	JUNTADO
20100190171958	16/11/2010	JUNTADO
20100037413739	29/03/2010	JUNTADO
20090154545459	22/09/2009	JUNTADO
20090148767363	11/09/2009	JUNTADO
20090141812075	01/09/2009	JUNTADO
20090129766906	11/08/2009	JUNTADO
20090016403491	13/02/2009	JUNTADO

CUSTAS

Não existem custas cadastradas para este processo.



P/ Sr. Alfredo Luiz de Lima
Vão-Tô

125,88 ~~106,00~~

① Lorazepam Potência 50mg ——— 360mg ~~100,00~~
1cp 2x dia

② Seljok 50mg ——— 360mg 195,48
1cp 1x dia

③ Bupren 50mg ——— 180mg ~~100,00~~
1cp / almas

④ Simvastatina 40mg ——— 180mg 257,94
1cp à noite

⑤ Eutimete 50mg ——— 01x ~~100,00~~
1cp à noite com no perito 16,36

⑥ Pantoprazol 40mg ——— 180mg 146,97
1cp / 1x dia

⑦ Acetaminofeno 600mg ——— 270mg Data: 1/1 704,00
1cp 8/84

742,6

Unidade 40 horas: Rod. 40 Horas, nº 10 - Coqueiro - Ananindeua - PA. - Fone: (91) 3245-0660 / 3245-3311 / 3245-4348

Unidade Arterial 18: Cidade Nova VIII - WE 54, nº 01 - Coqueiro - Ananindeua - PA - Fone: (91) 3263-1264

Unidade Panorama XXI: Conjunto Panorama XXI - Quadra 19 nº 06 - Fone: (91) 3279-0247

Unidade Icoaraci: Rua Manoel Barata, nº 792 - Fone: (91) 3227-0719

RECEBIDO EM 22/02/14

Cristina

Alfredo
886.1 6637